

Apresentação

Em meio a uma incerteza excepcional, formuladores de políticas públicas ao redor do mundo viram-se obrigados a lidar com a delicada tarefa de reduzir as medidas de apoio econômico implementadas durante os estágios iniciais da pandemia de Covid-19 (causada pelo coronavírus), incentivando, ao mesmo tempo, a criação das condições necessárias para restaurar a atividade econômica e o crescimento.

Um desafio significativo é a falta de transparência — criada ou reforçada pela pandemia e (involuntariamente) exacerbada por ações políticas — sobre os riscos embutidos nos balanços patrimoniais dos setores público e privado. O que *sabemos* é que a recessão de 2020, induzida pela pandemia, levou ao maior aumento anual da dívida global em décadas. Antes da pandemia, a dívida privada já havia alcançado níveis recorde em muitas economias avançadas e emergentes, deixando muitas famílias e empresas despreparadas para resistir a um choque adverso de renda. Muitos governos também enfrentavam níveis recorde de dívida antes da pandemia, e muitos outros aumentaram significativamente suas dívidas para financiar políticas vitais em resposta à crise. Em 2020, a média da dívida total dos países de renda baixa e média aumentou cerca de 9 pontos percentuais do produto interno bruto em comparação a um aumento médio anual de 1,9 ponto percentual ao longo da década anterior. Cinquenta e um países (entre os quais 44 economias emergentes) sofreram um rebaixamento na classificação de crédito de sua dívida soberana.

O que ainda não sabemos, no entanto, é até que ponto os governos e os devedores privados abrigam riscos ocultos com potencial para impedir a recuperação econômica. Em particular, o aumento da complexidade e a diminuição da transparência nos mercados de dívida soberana (no sentido de quem detém a dívida e em quais termos) muitas vezes dificulta a avaliação da extensão total dos riscos nos balanços patrimoniais públicos. Quanto ao setor privado, alguns elementos comuns dos programas de resposta à pandemia — tais como moratórias sobre empréstimos bancários, políticas gerais de tolerância e um relaxamento acentuado nos requisitos de relatórios financeiros — tornaram mais difícil determinar se os devedores estão enfrentando desafios de liquidez de curto prazo ou se seus rendimentos foram afetados permanentemente. Em ambos os casos, o risco é uma insolvência em escala e escopo difíceis de prever.

Nesse contexto de incerteza, o mundo enfrenta o enorme desafio de superar uma pandemia global e, ao mesmo tempo, gerenciar e reduzir os riscos financeiros nos setores familiar, empresarial, financeiro e governamental. Problemas em uma área podem repercutir em economias inteiras por meio de canais que se reforçam mutuamente, conectando a saúde financeira de todos os setores. O que, à primeira vista, parece ser uma dificuldade isolada em determinado setor pode rapidamente se espalhar para o resto da economia. Por exemplo,

quando as famílias e as empresas passam por estresse financeiro, o setor financeiro enfrenta um risco maior de inadimplência nos empréstimos e tem menos disposição ou capacidade de oferecer crédito. À medida que a situação financeira do setor público se deteriora como resultado do aumento da dívida pública e da redução da receita tributária, muitos governos constatam que têm menos recursos para apoiar a atividade econômica.

Políticas que facilitem a detecção precoce e a rápida resolução de fragilidades econômicas e financeiras podem fazer toda a diferença entre uma recuperação econômica robusta e uma mais débil — ou, pior, que atrase totalmente a recuperação. A partir de uma avaliação aprofundada dos impactos financeiros e econômicos mais severos e regressivos da pandemia, este *Relatório de Desenvolvimento Mundial* apresenta uma pauta de políticas públicas bem-focada e viável, que os países podem adotar para enfrentar alguns dos efeitos econômicos prejudiciais e potencialmente duradouros da pandemia. Algumas dessas políticas buscam reduzir a opacidade nos mercados de crédito, assegurando, por exemplo, que os bancos divulguem indicadores precisos e oportunos sobre a qualidade dos empréstimos ou aumentando a transparência em torno da escala e dos termos da dívida pública, por exemplo. Outras iniciativas visam a acelerar a resolução do superendividamento por meio de processos de insolvência aprimorados para empresas e indivíduos, bem como esforços proativos para reformular o perfil da dívida pública ou reestruturá-la.

Como não existe uma abordagem única para a recuperação econômica, um conjunto apropriado de políticas depende essencialmente das condições prevalentes e da capacidade política. Poucos governos (ou nenhum) têm recursos e flexibilidade política para superar simultaneamente todos os desafios que enfrentam à medida que recua a pandemia. Os países precisarão priorizar. A contribuição dessas políticas para uma recuperação duradoura e inclusiva dependerá da capacidade dos governos, trabalhando em parceria com instituições financeiras internacionais e outros profissionais de desenvolvimento, de angariar vontade política para ações mais rápidas.



Carmem M. Reinhart
Vice-presidente sênior e economista-chefe
Banco Mundial